

Título: O ensino antirracista de Geografia como contribuinte na criação do sentido de lugar e de pertencimento de estudantes pretos do Rio de Janeiro

Autor: Rafaela Aparecida Miguel de Araujo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, rafaellaapm1@gmail.com.

Resumo

A raça como um conceito criado com a colonização das Américas para a diferenciação dos seres humanos, no século XVIII é tomada como conhecimento científico objetivando estabelecer graus de humanidade aos diferentes grupos humanos como justificativa para as violências cometidas pelo colonizar aos colonizados. Após 5 séculos é possível observar as consequências desse processo, de maneira que o elemento raça está presente e afeta diferentes âmbitos da vida de uma pessoa preta e a discussão dessa problemática também se faz presente no ambiente escolar. Nesse sentido, o ensino antirracista de Geografia representa uma forma de romper com o eurocentrismo da educação e proporcionar aos alunos pretos uma outra forma de experienciar o espaço da cidade e constituição de seus sentidos de lugar.

Assim, ao longo do trabalho busca-se elucidar se o ensino antirracista de Geografia pode auxiliar na construção do sentido de lugar para estudantes pretos, através da investigação acerca do que é definido como ensino antirracista; da identificação da presença de referências ao ensino antirracista na BNCC e no currículo escolar do ensino fundamental 2 público do município do Rio de Janeiro; da identificação de iniciativas de professores que contemplam uma proposta de ensino antirracista de Geografia; e, por fim, compreensão da correlação que pode ser feita entre ensino antirracista de Geografia e a construção de sentido de lugar e de pertencimento para os estudantes pretos.

Palavras-chave: Antirracismo; Lugar; Educação.

Abstract

Race, as a concept created during the colonization of the Americas in the 18th century to differentiate among human beings, is regarded as scientific knowledge aimed at establishing degrees of humanity for different human groups. This concept served as a justification for the violence committed by colonizers against the colonized. After five centuries, the consequences of this process are observable, with the concept of race influencing various aspects of the lives of black individuals. The discussion of this issue is also present in the educational environment. In this context, anti-racist Geography education represents a means of breaking away from

Eurocentrism in education. It provides black students with an alternative way to experience urban space and construct their senses of place.

Throughout this work, the aim is to elucidate whether anti-racist Geography education can contribute to the construction of a sense of place for black students. This is achieved through the investigation of what is defined as anti-racist teaching, the identification of references to anti-racist teaching in the National Base Common Curriculum (BNCC), and the school curriculum for public middle school education in the municipality of Rio de Janeiro. Additionally, the study involves identifying initiatives by teachers that incorporate a proposal for anti-racist Geography education. Finally, there is an exploration of the correlation that can be made between anti-racist Geography education and the construction of a sense of place and belonging for black students.


Keywords: Antiracism; Place; Education.

1. Introdução

No Brasil, o racismo é um elemento que fundamenta as nossas relações sociais, estando presente nos mais diversos tipos de interações interpessoais, mas também muito presente nas instituições. Werneck (2016) compreende o racismo como um sistema, devido a sua alta capacidade de atuar sobre normas sociais, práticas cotidianas, políticas e sobre as instituições sociais da sociedade. Por operar tão fortemente em nosso corpo social, podemos compreender o termo racismo estrutural, pois, ao estar presente na base estruturante da sociedade, ele ordena os diversos modos de organização da nossa sociedade, desde o social até o territorial, acarretando profundas desigualdades entre pessoas brancas e pessoas negras.

Nesse sentido, ao compreendermos a escola como mais uma das instituições sociais da sociedade, entendemos também que ela se encontra marcada por esse tipo de violência e discriminação. Não à toa foi criada a Lei 10.639, instituindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira para todo o ensino básico da rede pública e privada do país no ano de 2003, uma estratégia necessária para promover a valorização da história e cultura dessa população em nosso país, bem como garantir sua visibilidade no ambiente escolar.

Ao compreender que as práticas escolares estão imbuídas de valores e visões de mundo eurocêntricos, elas representam uma das formas de manutenção da ordem hegemônica de sistema-mundo criada pelo colonialismo e perpetuada pela





colonialidade. Junto a isso há a falta de diversidade de seres e saberes no ambiente da sala de aula, uma vez que o sistema educacional irá privilegiar o ensino do conhecimento europeu, por ser mais legitimado socialmente, acarretando impactos para a auto-imagem do estudante negro e consequentemente para a sua forma de ser, estar e agir no mundo. Segundo Gomes (2002) as práticas pedagógicas que contém imagens e valores negativos sobre o negro resultam na introjeção do fracasso pelas crianças.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar a potencial contribuição do ensino antirracista de Geografia para a construção do sentido de lugar para os estudantes pretos. Mais especificamente, buscou-se: investigar o que é ensino antirracista; identificar a presença de referências ao ensino antirracista na BNCC e no currículo escolar do ensino fundamental 2 público do município do Rio de Janeiro; identificar iniciativas de professores que contemplam uma proposta de ensino antirracista de Geografia e compreender a correlação entre ensino antirracista de Geografia e a construção de sentido de lugar para os estudantes pretos.

2. Metodologia

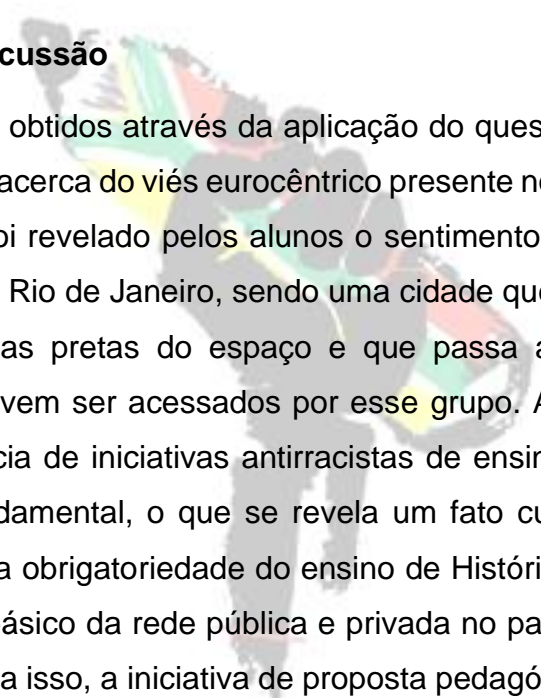
A metodologia adotada para atingir os objetivos propostos consistiu em uma pesquisa bibliográfica sobre raça, ensino antirracista, racismo e lugar. O levantamento de publicações sobre experiências de ensino antirracista de Geografia foi realizado nas revistas Educação Geográfica em Foco, Revista Brasileira de Educação em Geografia e na Revista Giramundo. Foram feitos também uma pesquisa documental sobre a Lei 10.639/03 e análise sobre as orientações curriculares de Geografia para o segundo segmento do ensino fundamental público da cidade do Rio de Janeiro e sobre as orientações curriculares da Base Nacional Comum Curricular de Geografia acerca da contribuição para uma educação antirracista, bem como as referências à Lei nº 10.639/03. Para a avaliação e entendimento sobre a presença do ensino antirracista nas aulas de Geografia do ensino fundamental II e a sua relevância para os estudantes pretos foi aplicado um questionário aos alunos da graduação em Geografia da PUC-Rio. Assim, buscamos compreender, a partir desses alunos, se tiveram contato com o ensino antirracista de Geografia durante o seu período escolar







e compreender como as aulas de Geografia na escola impactaram nas suas constituições de lugar. A opção pelos alunos da graduação parte do entendimento de que o processo de amadurecimento traz consigo a possibilidade de revisitar e entender melhor as experiências vividas, de forma que as pessoas adultas estão mais aptas para refletir de maneira mais articulada e podem ter maior senso crítico com relação às suas experiências. O fato de estarem cursando o ensino superior em Geografia também auxilia na compreensão dos objetivos do questionário, uma vez que esses estudantes têm um contato mais profundo com os conceitos científicos dessa área, proporcionando uma maior habilidade para responder às perguntas realizadas.

3. Resultados e Discussão



Os resultados obtidos através da aplicação do questionário confirmam alguns aspectos apontados acerca do viés eurocêntrico presente no sistema educacional, por exemplo. Também foi revelado pelos alunos o sentimento de não pertencimento ao espaço da cidade do Rio de Janeiro, sendo uma cidade que transmite a sensação de exclusão das pessoas pretas do espaço e que passa a impressão de existirem espaços que não devem ser acessados por esse grupo. Além disso, os estudantes expuseram a ausência de iniciativas antirracistas de ensino ao longo de seus anos finais do ensino fundamental, o que se revela um fato curioso uma vez que a Lei 10.639 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira para todo o ensino básico da rede pública e privada no país havia sido aprovada no ano de 2003. Frente a isso, a iniciativa de proposta pedagógica de ensino antirracista de professores de Geografia, como o trabalho de campo *afrogeográfico* proposto por Costa, Faria e Silva Júnior (2023) se revela como uma potência na promoção de um mundo mais justo e com aceitação das diversidades que compõem a nossa sociedade. Objetivando localizar e demonstrar para os estudantes a contribuição do negro no espaço da cidade através da valorização e visibilidade dada a outros espaços que também contam com grande presença histórica da pessoa negra para além das áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, e assim contribuir para a formação identitária e a prática antirracista dos estudantes. A Escola Maria Felipa,






uma escola de educação infantil e primeira escola afro- brasileira do país, também é exemplo de um projeto potente de transformação social. A fim de contribuir para a superação do racismo presente em nossa sociedade, a principal missão da escola é promover a reflexão e problematização da questão racial desde os anos iniciais de formação do estudante.

4. Conclusão

Dessa maneira, o racismo é um elemento presente na escola através das relações interpessoais, entre os alunos, professores e funcionários. Estando também presente no currículo escolar, através da priorização e maior valorização dos conhecimentos e referenciais de mundo europeus, em detrimento de outras formas de conhecimento, ficando a cargo do docente como e quando abordar outras formas de pensar e compreender o mundo. Toda essa estrutura terá impacto na forma como o aluno preto, que está em sala de aula adquirindo esses conhecimentos e compreensões de mundo, irá compreender a si mesmo no processo de formação de sua identidade através dos referenciais apresentados na escola. Nesse sentido, foi possível refletir sobre a maneira como a experiência espacial desses alunos será afetada pelos referenciais hegemônicos de mundo apresentados na escola.

A partir da compreensão de querer se sentir parte de algo, pertencido, ser entendida como uma necessidade humana básica (Tavares, 2014), sob o viés da psicologia, compreendemos que esse sentimento pode ser transferido para a relação com o espaço, pois sendo ele originário das relações sociais nele estabelecidas, pode-se entender que há uma necessidade de se sentir pertencido aos espaços da cidade também. Dessa forma, como intuito desse trabalho, compreendemos como essa sensação de pertencimento, que conseqüentemente favorece as constituições de sentido de lugar, são afetadas pela educação escolar atual.

Por fim, as possibilidades de pensar as relações estabelecidas entre as pessoas pretas e o espaço não se esgotam nesse estudo. O espaço sendo diverso e em constante transformação, bem como as pessoas e as relações estabelecidas entre si e com o espaço, nos abre portas para cada vez mais reflexões. Esse campo de



estudos, ainda relativamente recente, tendo ganhado mais destaque a partir do início dos anos 2000, ainda apresenta muitas oportunidades de reflexão, discussão e análise, e quanto mais pudermos conhecer e compreender a nossa sociedade e as diferentes relações estabelecidas no e com o espaço, mais estaremos caminhando para uma realidade e sociedade mais justa, com aceitação das diversidades e possibilidades de criação de novas Geografias. Esse trabalho representa uma contribuição para as Geografias renovadas, revolucionárias, criadas na busca por justiça no direito ao acesso aos espaços da cidade.

5. Referências

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: **Ministério da Educação**, 2003. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm >. Acesso em: 17 jul. 2023.

COSTA, Vinicius de Luna Chagas; FARIA, Marcus Vinicius Castro; SILVA JUNIOR, Diomário da. Por um trabalho de campo afrogeográfico: Territórios negros em Madureira. Revista Continentes, [s. l.], v. 1, ed. 21, p. 106-123, 2023. DOI <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i21.332>. Disponível em: < <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/332> >. Acesso em: 6 set. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [s. l.], v. v.9, p. p.38-47, 2002. DOI <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9..38-47>. Disponível em: < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912> >. Acesso em: 31 ago. 2023.

RIBEIRO, D.; GAIA, R. da S. P.; RODRIGUES, J. M. C. . Colonialidade e raça: implicações eurocêntricas para o currículo. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 14, n. 30, 2020. Disponível em: < <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3499> >. Acesso em: 12 jul. 2023.

TAVARES, Rosana Carneiro. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [s. l.], v. 15, ed. 106, p. 179-201, 2014. DOI <https://doi.org/10.5007/1984-8951.2014v15n106p179>. Disponível em: <

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2014v15n106p179> > . Acesso em: 15 set. 2023.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 25, ed. 3, p. 535-549, 2016. DOI 10.1590/S0104-129020162610. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 27 mar. 2025.

